

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## (AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Sr. Nilto Tatto )

Solicito que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Ministério da Agricultura, MAPA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. ANVISA

**SR. PRESIDENTE,**

Nos termos do artigo 255 do RICD, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, para debater sobre os resultados dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil (IDS) os representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Ministério da Agricultura, MAPA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. ANVISA.

### **Justificativa**

O IBGE divulgou no dia 19 de junho de 2015 os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil (IDS). O IDS é um estudo que considera não só a atividade econômica, mas também as questões ambientais. O documento traz um alerta:

A venda de agrotóxicos no Brasil cresce em ritmo acelerado.

Nunca se usou tanto agrotóxico nas lavouras brasileiras. De acordo com o IBGE, a utilização de produtos químicos para o controle de pragas, doenças e ervas daninhas mais que dobrou em dez anos.

Entre 2002 e 2012, a comercialização de agrotóxicos no país passou de quase três quilos por hectare para sete quilos por hectare. Um aumento de 155%. São Paulo lidera o ranking dos estados onde a venda de agrotóxicos é maior, seguido de Goiás e Minas Gerais. Para o pesquisador da Unicamp o aumento é preocupante.

Além do aumento do uso de agrotóxicos sobre os alimentos, o IBGE também

avaliou os diferentes tipos de venenos pulverizados sobre as lavouras. A maioria dos produtos foi considerada perigosa para a saúde e ao meio ambiente. E quase 30% dos agrotóxicos foram classificados como muito perigosos. A questão é que para a maior parte dos brasileiros essas informações são desconhecidas na hora de ir às compras.

E relevante salientar que é de competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária acompanhar a situação, e de reavaliar o registro de agrotóxicos se surgirem indícios de riscos para a população. Esta reavaliação também pode ser provocada se houver algum alerta de organizações internacionais.

Neste contexto, é de competência do Ministério da Agricultura fiscalizar o comércio e o uso de agrotóxicos.

Assim, entendemos ser de vital importância debatermos o conteúdo deste estudo do IBGE e saber como os órgãos de comando e controle estão atuando para reverter esta situação.

Sala das Comissões, em 09 de julho de 2015.

Nilto Tatto  
Deputado Federal PT/SP